

## TRIBUTÁRIO

---

STF – Plenário – Sessão Presencial – Pauta: 24.09.2020 – 14h

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) 4.785/MG

Constitucionalidade da Lei nº 19.976/2011 do Estado de Minas Gerais, que institui a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) e o Cadastro Estadual de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (CERM).

Relator: [Ministro Edson Fachin](#)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) 4.787/MG

Constitucionalidade da Lei nº 1.613/2011 do Estado do Amapá, que institui a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) e o Cadastro Estadual de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (CERM).

Relator: [Ministro Luiz Fux](#)

STF – Plenário – Sessão Virtual – Pauta: 18.09.2020 a 25.09.2020

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.141.756/RS (Tema 1052)

Possibilidade de creditamento de ICMS cobrado em operação de entrada de aparelhos celulares em empresa prestadora de serviço de telefonia móvel, posteriormente cedidos, mediante comodato, a clientes, à luz dos artigos 155, inciso II, § 2º, incisos I, II, alíneas “a” e “b”, e XII, da Constituição Federal.

Relator: [Ministro Marco Aurélio](#)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.187.264/SP (Tema 1048)

Constitucionalidade da inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), à luz do artigo 195, inciso I, alínea “b”, da Constituição Federal.

Relator: [Ministro Marco Aurélio](#)

MEDIDA PROVISÓRIA (MPV) 987/2020

**Medida Provisória que altera a data limite para apresentação de projetos que contemplem novos investimentos e pesquisa com o objetivo de obter incentivos fiscais para o desenvolvimento regional de que trata a Lei nº 9.440 de 14 de março de 1997.**

Relator: Deputado Luiz Antônio Teixeira Jr. (PP-RJ)